

GAZETA  
DO SERTÃO

21 DE FEVEREIRO  
DE 1890

# Gazeta do Sertão

## ASSIGNATURAS.

Na Comarca

Anno..... 60000  
Semestre..... 30000  
Pagamento adiantado.

## Orgão Democrata. Publicação semanal.

DIRECTORES: - I. Joffly e F. Retumba.

Typographia e escriptorio — à "Praça Municipal" n.º 24.

## ASSIGNATURAS.

Fôra da comarca.

Anno..... 70000  
Semestre..... 40000  
Pagamento adiantado.

**Campina-Grande, Sexta-feira, 21 de Fevereiro de 1890.**

### AVISO

Desta data em diante sã  
serão publicados os annu-  
cios e quaesquer escriptos,  
que vierem acompanhados  
do respectivo pagamento,  
para o que adoptamos a se-  
guinte tabella:

Para os assignantes

Uma tira de papel com-  
mum, escripta de um só lado  
e em letra regular ..... 20.

Para os não assignantes

Idem, idem ..... 30.

### EPHEMERIDES.

### Almanak

FEVEREIRO (tem 28 dias)

SOL em CAPRICORNIUS.

DOMINGO	2	9	16	23
SEG.-FEIRA	3	10	17	24
TERÇA-FEIRA	4	11	18	25
QUART.-FEIRA	5	12	19	26
QUINT.-FEIRA	6	13	20	27
SEXTA-FEIRA	7	14	21	28
SABADO	8	15	22	

DIAS SANTIFICADOS: 2.

PHASES DA LUA:

Cheia a 4, ming. a 12, nova a 19,  
cresc. a 26.

MEMORANDUM.

Correio a 23 (depois d'amanhã.)

GAZETA DO SERTÃO

CAMPINA-GRANDE, 21 DE FEVEREIRO DE  
1890.

### Serviço domestico

E' tal a desorganisação geral do tra-  
balho, que antigamente incumbia quasi  
todo a população escrava, que não po-  
demos deixar de chamar a attenção da  
intendencia municipal para este impor-  
tante assumpto.

Tratamos hoje principalmente da ne-  
cessidade de providencias promptas e  
energicas, no sentido de regularisar as  
obrigações dos creados para com os  
amos.

A preguia e todas as especies de  
vicios a que ella dá lugar caracterisam  
os libertos de um e outro sexo. Amou-  
toados em immundos casebres de certas  
ruas desta cidade, entregam-se á ocio-  
sidade e a furtos quotidianos, recusando-  
se obstinadamente á regeneração  
pelo amor ao trabalho.

Não ha falta de pessoal, ainda mais  
aumentado agora pela geral penuria  
que acabrunha a população pobre. Os  
homens e mulheres contam-se por de-  
zenas, mas recusam toda e qualquer  
collocação nas casas de familia.

A deficiencia das leis e a sua não ex-  
ecução, não ha duvida que é o principal  
motivo desta desorganisação social.

Semelhante estado de coisas é ge-  
ralmente conhecido; não ha talvez um  
chefe de familia nesta cidade que já não  
tenha sido victima.

Todos esses libertos e proletarios de  
ambos os sexos, que encontram-se por  
ahi, a cada passo, em completo con-  
traste com a população laboriosa, urge  
que sejam compellidos a uma vida de  
occupação diaria e methodica, do con-  
trario serão, como já são, considerados  
reos de policia em perspectiva, porque  
cada covil em que habitam, é ponto de  
devassidão, onde se combinam todos os  
actos de rapinagem, aqui tão a miúdo  
praticados.

Tomadas medidas energicas, esta-  
mos convencidos que cessará este mau  
estar das familias, com beneficio dessa  
classe ociosa, que será impellida a uma  
colleção decente, aproveitando tam-  
bem ao serviço da lavoura.

Estamos em epocha de reformas;  
pois bem, reformemos o serviço domes-  
tico, impondo severas obrigações aos  
creados.

Guerra à preguia.

### ACTOS DO GOVERNO PROVISORIO

#### Lei sobre o casamento civil

##### CAPITULO I

Das formalidades preliminares do casa-  
mento

Art. 1.º As pessoas, que pretenderem  
casar-se, devem habilitar-se, perante  
o official do registro civil, exhibindo os  
seguintes documentos em forma que  
lhes dê fe publica:

§ 1.º A certidão da idade de cada um  
dos contrahentes ou prova que a subs-  
titua.

§ 2.º A declaração do estado e da re-  
sidencia de cada um delles, assim co-  
mo a do estado e residencia de seus  
pais, ou do lugar em que morreram,  
se forem fallecidos, ou a declaração de  
que não são conhecidos os mesmos  
pais, ou o seu estado e residencia, ou  
o lugar do seu fallecimento.

§ 3.º A autorisação das pessoas, de  
cujo consentimento dependerem os con-  
trahentes para casar-se, se forem me-  
nores ou interditos.

§ 4.º A declaração de duas testemu-  
nhas maiores, parentes ou estranhos,  
que attestem conhecer ambos os con-  
trahentes, e que não são parentes en-  
grão prohibido nem têm outro impedi-  
mento conhecido, que os iniba de ca-  
sar-se um com o outro.

§ 5.º A certidão de obito do conjuge  
fallecido, se algum dos contrahentes  
for viuvo.

Art. 2.º A vista dos documentos exi-  
gidos no artigo antecedente, exhibidos  
pelos contrahentes, ou por seus procu-  
radores, ou representantes legais, o  
official do registro redigirá um acto re-  
sumido em forma de edital, que será  
por elle publicado duas vezes, com o  
intervallo de sete dias de uma á outra  
e affixado em lugar ostensivo no edificio  
da repartição do registro, desde a pri-  
meira publicação até o quinto dia de-  
pois da segunda.

Art. 3.º Se, decorrido este prazo, não  
tiver apparecido quem se opponha ao  
casamento dos contrahentes e não lhe  
constar algum dos impedimentos que  
pode declarar-se *ex-officio*, o official do  
registro certificará ás partes que estão  
habilitadas para casar-se dentro dos  
dois meses seguintes áquelle prazo.

Art. 4.º Se os contrahentes residirem  
em circumscripções diversas, as forma-  
lidades prescriptas pelos artigos ante-  
riores deverão ser observadas em am-  
bas; com a declaração da escolhida pa-  
ra celebração do casamento, sempre que  
elles puderem fazer a escolha antes da  
designação do dia da mesma celebração.

Art. 5.º Alem disso, se algum dos con-  
trahentes habitar, ha menos de um an-  
no, na circumscripção da sua residen-  
cia actual, deverá justificar n'aquella,  
onde houver residido a mór parte do  
tempo desse ultimo periodo, que sahio  
della sem impedimento, que o inibisse  
de casar-se ou, se tinha impedimento,  
que este já cessou de existir.

Art. 6.º Os editaes dos proclamas  
serão registrados no cartorio do offic-  
ial, que os tiver publicado e que deverá  
dar certidões delles a quem l'ha pedir.

##### CAPITULO II

#### Das impedimentos do casamento

Art. 7.º São prohibidos de casar-se:  
§ 1.º Os ascendentes com os descen-  
dentes, por parentesco legitimo, civil  
ou natural ou por afinidade, e os pa-  
rentes collateraes, paternos ou mater-  
nos dentro do segundo grão civil.

A afinidade illicita só se pode pro-  
var por confissão espontanea nos ter-  
mos do artigo seguinte, e a filiação na-  
tural paterna tambem pode provar-se  
ou por confissão espontanea, ou pelo  
reconhecimento do filho, feito em es-  
criptura de notas, ou no acto do nasci-  
mento ou em outro documento authen-  
tico, offerecido pelo pai.

§ 2.º As pessoas que estiverem li-  
gadas por outro casamento ainda não  
dissolvido.

§ 3.º O conjuge adultero com o seu  
co-reo condemnado como tal.

§ 4.º O conjuge condemnado como  
autor, ou cúmplice de homicidio, ou ten-  
tativa de homicidio contra o seu con-  
sorte, com a pessoa que tenha perpe-  
trado ou concorrido directamente para  
perpetração de seu crime.

§ 5.º As pessoas que, por qualquer  
motivo, se acharem coactas, ou não fo-  
rem capazes de dar o seu consentimen-  
to, ou não poderem manifestar-o por  
palavras, ou por escripto de modo ine-  
quívoco.

§ 6.º O raptor com a raptada, em-

quanto esta não estiver em lugar se-  
guro e fóra do poder delle.

§ 7.º As pessoas que estiverem sob  
o poder, ou sob a administração de ou-  
trem, enquanto não obtiverem o con-  
sentimento, ou o supprimento do consen-  
timento d'aquellas sob cujo poder, ou  
administração estiverem.

§ 8.º As mulheres menores de 14 an-  
nos e os homens menores de 16.

§ 9.º O viuvo ou a viuva, que tem fi-  
lho do conjuge fallecido, enquanto não  
fizer inventario dos bens do casal.

§ 10.º A mulher viuva, ou separada  
do marido por nullidade ou annullação  
do casamento, até 10 mezes depois da  
vuvez ou separação judicial dos corpos,  
salvo se depois desta, ou d'aquella, e  
antes do referido prazo, tiver um filho.

§ 11.º O tutor ou o curador e seus  
descendentes, ascendentes, irmãos, cu-  
nhados, ou sobrinhos com a pessoa tu-  
telada, ou curatelada, enquanto não  
cessar a tutela, ou curadoria, e não  
estiverem saldadas as respectivas con-  
tas, salvo permissão deixada em testa-  
mento, ou outro instrumento publico,  
pelo fallecido pai ou mãe do menor tu-  
telado, ou curatelado.

§ 12.º O juiz ou escrivão e seus des-  
cendentes, ascendentes, irmãos, canha-  
dos ou sobrinhos, com orphão ou viuva  
da circumscripção territorial, onde um  
ou outro tiver exercicio, salvo licença  
especial do presidente da Relação do  
respectivo districto.

Art. 8.º A confissão, de que trata o  
§ 1.º do artigo antecedente, só paderá  
ser feita por algum ascendente da pes-  
soa impedida, e, quando elle não qui-  
zer dar-lhe outro effeito, poderá fazer-o  
em segredo de justiça, por termo la-  
vrado pelo official do registro perante  
duas testemunhas e em presença do  
juiz, que no caso de recurso procederá  
de accordo com o § 5.º da lei de 6 de  
Outubro de 1784, na parte que lhe for  
applicavel o paragrapho unico.

Paragrapho unico. O parentesco ci-  
vil prova-se pela carta de adopção, e o  
legitimo, quando não for notorio ou  
confessado, pelo acto do nascimento dos  
contrahentes ou pelo do casamento dos  
seus ascendentes. (Continúa)

### LETTRES D'ARTES

#### A Ex-Imperatriz do Brazil (TRAÇOS BIOGRAPHICOS)

Tenho tido a honra de representar o meu  
paiz em diferentes capitães da Europa e A-  
merica.

Tenho-me achado em contacto com muitos  
principes e princezas e com chefes de estado;  
levados a essas posições pelo seu merito e  
serviços, como o argentino Sarmiento e o a-  
mericano Hayes. Vi de perto e observei to-  
dos elles e suas familias: não sou lisongeiro,  
pertengo a uma raza de gente franca e leal;  
pelo lado maternal corre em minhas veias  
sangue de Jacques d'Arceveld; só digo a ver-  
dade. Isso contrariará muito aos brasilei-  
ros, que em geral são excessivamente vai-



dos e susceptíveis, embora tenham outras qualidades excellentes. Já vejo d'aqui a ce-luma que vão levantar na bella cidade do Rio de Janeiro, da qual guardo as melhores recordações, estas milhãs despretenciosas cartas.

Ainda me lembro do barulho que causou na capital do Brazil, principalmente nas rodas officiaes, e até nas ante-salas imperiaes o livro escripto pelo ex-ministro belga o sr. comde d'Ursel e aquelles relatorios curtos e claros, enviados ao gabinete de São James pelo encarregado de negocios da Inglaterra ali, o sr. O' Conor, hoje primeiro secretario de legação em Paris. Em todo o caso hei de levar ao cabo a promessa que fiz á direcção do *Messenger*, não tenho má vontade ao Brazil, mas hei de dizer a verdade sobre esse paiz, seus homens publicos e suas cousas. Presto assim um verdadeiro serviço a um povo destinado a occupar, talvez em futuro não remoto, lugar importante na historia do mundo.

Ao passo que não encontrei no Brazil uma só pessoa sinceramente dedicada ao imperador, uma só pessoa capaz de fazer por elle e por sua dynastia o menor sacrificio, uma só creatura que convictamente fallasse bem delle, o estimasse e respeitasse, observei que todos, mas todos, sem excepção, fallavam bem da imperatriz.

Dedicacão pela pessoa d'elle não há, mesmo porque o brasileiro, em geral, não é susceptível desse sentimento. Mas nas diversas rodas em que me achei no Rio de Janeiro, nos bailes do Cassino, nos sarais da princeza, nas infindaveis terças-feiras da gentil e distincta mme. Haritoff, nas quintas-feiras do amavel e intelligente mme. Diogo Velho, nas reuniões em casa do barão do Catete, no theatro lyrico, em toda a parte onde me levava o meu espirito de observação, a minha posição social e as minhas relações de amizade, sempre que se fallava na imperatriz do Brazil, era com o maior respeito e estima.

Em paiz algum ouvi elogiar tanto as virtudes e as qualidades de uma princeza como ouvi no Brazil fazer-se com a sua imperatriz. Isso sahia muito naturalmente dos labios de todos; via-se que era sentimento da maior espontaneidade. Dizia-me o sr. visconde de Garcez, o genro de um brasileiro que foi mestre do Imperador e que representou ha perto de quarenta annos o seu paiz ali em S. Petersburgo, que o sr. d. Pedro II mostra-se resentido contra todos que, quando elogiam a imperatriz, não fazem o mesmo em relação a elle. O facto é que, naquellas rodas, o maior prazer do brasileiro é contar anedoctas sobre o imperador e boas accões da imperatriz.

Uma das maiores difficuldades que o sr. d. Pedro II encontrou logo no começo do seu reinado, foi achar uma princeza que se quizesse transformar em imperatriz do Brazil. Já quando o fundador do imperio, o sr. d. Pedro I, quiz passar a segundas nupcias, lutou com grandes difficuldades. A vida desregada que levou o fallecido imperador durante o seu primeiro matrimonio, os escandalos que deu com uma celebre marquez, os desgostos soffridos pela virtuosa mãe do actual imperador, foram conhecidos de todas as côrtes europeas; e todas as princezas esquivaram-se á honra de serem esposas do imperador. A muito custo a princeza Amelia de Leuchtenberg desposou o sr. d. Pedro I.

Pouco depois da maioridade do sr. d. Pedro II, tratou-se de casar-o: e foi enviado em missão á Europa um homem respeitavel, o sr. barão de Cayrú, para descobrir quem quizesse ser imperatriz do Brazil. O barão andou por Sécia e Mecca, como dizem os portuguezes, percorreu os mais insignificantes principados da Alemanha e da Italia; em toda a parte conhecia-se a historia de d. Pedro I, e pensava-se que o Brazil era paiz de negros e selvagens. A mais velha e feia

princeza de Mecklemburgo ou do grão-ducado de Parma preferia viver obscura em seu paiz, do que ser a primeira no Brazil.

O pobre barão já estava desanimado; as cartas choviam do Brazil; o governo, a condessa de Belmonte, frei Pedro d. Santa Maria, o general Paulo Barbosa, mordomo-mór, o marquez de Itanhém, ex-tutor, e até o proprio imperador escreviam cartas sobre cartas ao sr. de Cayrú, dizendo que era preciso uma imperatriz, custasse o que custasse.

A rainha de Portugal teve de intervir e deu pessoalmente uma carta recommendando o sr. de Cayrú ao rei de Naples, unico paiz onde não fora ainda o emissario brasileiro. Era nessa epoca o reino das Duas-Sicílias o mais atrasado estado da Europa; governava-o despotica e brutalmente Fernando II mais astucioso, perverso e resolutivo do que seu pai e seu avô.

Tinha a seu lado, como ministro, Delcarréto, em cuja sepultura ajoelhou-se 30 annos mais tarde e fez oração o sr. d. Pedro II que falla muito em tal individuo como o tipo do mais completo ministro.

Todos os diplomatas recusaram ir a Naples com medo do rei, para quem não havia nem direito internacional, nem direito das gentes; o sr. de Cayrú recebeu ordem formal de ir a Naples e armado da carta de Maria II, obedeceu.

Foi mal recebido pelo rei, que, mais tarde vencido pela habilidade do diplomata brasileiro, consentia em abrir negocios com elle sobre o delicado fim da missão. Aquella casa real já havia dado duas princezas, uma das quaes foi rainha e outra escapou de ser a duquesa de Berry, mãe do conde de Chambord e Maria Christina, rainha de Hespanha, mãe de Isabel II. A princeza Theresza Christina, que annuio a ser imperatriz do Brazil, tinha então 21 annos e vivia constringida naquella corte impossivel de Naples, onde nada se respeitava. Dotada de temperamento delicado e de sentimentos nobilissimos, em cousa alguma se parecia com as suas duas irmãs que mais tarde celebrisaram-se tão tristemente.

Ultimadas as negociações, o sr. de Cayrú remetteu ao imperador o retrato de sua noiva; nêssê tempo não existia ainda a photographia, e o pintor, encarregado do retrato, divagou e phantasiou: fez o retrato representando uma senhora extremamente formosa, uma senhora ideal, mas que não era a princeza Theresza Christina. Ao receber aqui o tal retrato, o sr. d. Pedro II exultou e declarou a todos que lá desposar a mais bella princeza do mundo. Foi uma espiçaria brasileira a Naples buscar a futura imperatriz, e a cidade do Rio de Janeiro preparou-se a fazer recepção digna da pessoa esponsada; e o imperador, apenas fundou no porto a esquadra foi a bordo da fragata «Constituição» onde se achava a sua noiva.

A princeza, segundo os estilos napolitanos, ajoelhou-se para beijar as mãos do imperador. Este, vendo-se diante de uma senhora, mui sympathica e de maneiras distinctas, mas que não era com certeza o original do retrato enviado pelo sr. de Cayrú, esqueceu-se da sua posição e deveres e não teve a mesma attenção com a sua noiva, em cujo semblante calmo e nobre se obrigava, a olhos perspicazes, essa bondade anglica, causa do verdadeiro culto que lhe vão todos os brazileiros. Dizia o finado Paulo Barbosa, que a imperatriz desde logo cobriu-se de uma certa tristeza que nunca mais a deixou. O imperador correu para onde se achava a nobre condessa de Belmonte, sua aia, atirou-se-lhe nos braços e disse:

—Minha condessa, aquelle pato do Cayrú enganou-me. O retrato que me mandou não é fiel. Mas elle ha de me pagar. Nunca mais chegará á casa alguma; emquanto em viver ficará no canto. Enganar-me assim...

(Continúa)

## CHRONICA JUDICIARIA

Abrimos hoje espaço nas columnas do nosso jornal a uma secção sob a denominação acima.

Não temos em vista analizar pontos de doutrina, nem as varias e multiphas disposições de lei que lhe são applicaveis, embora convicts de que trabalho dessa ordem será sempre de maximo interesse e grande utilidade, principalmente no regimen em que vivemos, no qual todo cidadão circumspecto e conscio do que val, não deve ignorar as obrigações que a lei lhe impõe, afim de bem cumpri-la; e mas, sendo outro o nosso programma, nos limitaremos á publicação dos actos judiciais desta Comarca, emitindo acerca dos mesmos nosso juizo e submettendo-os á critica dos entendidos, convicts de que ainda assim prestamos um serviço ao publico, e especialmente aos habitantes desta Comarca, a quem immediatamente interessa.

Inspirados, pois, nos sentimentos de verdadeiro interesse, que é sempre o bem publico, não nos pouparemos a este novo trabalho, conscios de que as innumerables obrigações da vida social, as variadas preoccupações da vida civil, as transações de toda especie, demonstram que o conhecimento dos negocios forenses não aproveitão e interesse somente aos doutos e homens de letras, se não também aos proprietarios, agricultores, negociantes, e até aos funcionarios publicos.

O foro desta Comarca outrora pujante, e um dos mais regulares do novo Estado da Parahyba, apresenta hoje uma perspectiva pouco lizongeira, se não no modo por que a justiça é em geral administrada, ao menos em sua vida e movimento.

Agora alguns actos de instrucção criminal e ruidosos contractos de interesse privado, não existe em nosso foro uma só accção em andamento. E porém verdade que nos archivos dos serventurios da justiça pairão velhas questões ha longos mezes e annos, tinnas, pelo retratamento das partes, outras, pela inercia e desidia dos juizes.

A vara de orphãos reunida á municipal, assás importante por suas attribuições administrativas, é infelizmente a mais descuidada. As beneficas e salutaras disposições das ords. do liv. 4 tit. 102, liv. 1.º tit. 88 § 13 e av. de 27 de Novembro de 1885, já cahiram em desuso.

E assim que vemos grande n.º de menores vagarem pelas estradas e ruas desta cidade, esmolando, quando podão ser dados a soldada, ou terem o destino recommendado e prescripto pelo Av. citado. Esse espectáculo repugnante e contristador representado por esses infelizes, á quem a lei tem promettido garantias e protecção, offendendo-os ao zelo e cuidados de um magistrado, é symptomatico da falta de cumprimento de d'vêres imperiosos, e da falta de interesse pelo serviço publico.

Haja todo cidadão em dar áuteres aos orphãos ricos e pobres, e a lei terá menores delictos a punir, a sociedade menor n.º de ociosos, a agricultura mais braga a empregar, e os officios e artes florescerão consideravelmente.

Manifestada assim a nossa opinião, que é sem duvida a que a lei prescreve, temos como unico objectivo chamar a attenção do cidadão-juiz de orphãos para esse ramo de serviço publico, confiando exclusivamente a seu zelo e solicitude.

Passamos a dar aos nossos leitores a resolução dos actos praticados em nosso foro, nesta ultima quinzena.

Pelo delegado de policia foram processadas tres inqueritos policivos contra os réos José Pereira da Silva, accusado por crime de furtos de cavallos, Silverio da Cunha e outros, por crime de ferimentos leves, offendendo a justiça por ter o offendi; declaro ser inqueravel;

e finalmente o terceiro, contra os réos Clementino José de Maria, José Pinto de Oliveira por ferimentos graves.

No juiz municipal foram terminadas as formações de culpa dos réos, Antonio de Farias, ha muito iniciada, por crime de ferimentos graves, e de Antonio Joaquim Felix por homicidio; esse juizo expedito diversos mandados para outras deligenças.

Acha-se iniciado um inventario entre maiores, a requerimento de Viciencia Maria da Conceição, herdeira de Patricio José da Silva, que foi ha 12 annos assassinado em Fagundes por Manoel de Barros, marido de Viciencia.

Nesse inventario comparecem João Joaquim de Souza tambem herdeiro de Patricio, e allegou, fundado em documen-tos, que dito inventario já havia sido feito, e apesar de ser essa declaração corroborada pelas declarações de Viciencia, sob o juramento de inventariante, que lhe foi delirido, nelle prosegu o cidadão Juiz Municipal até o despacho deliberativo das partilhas, do qual aggravou Souza, e de cujo resultado daremos noticias aos nossos leitores, na futura quinzena, despedindo-nos por hoje.

## A PEDIDOS

### Ingá

Cidadão Governador do Estado da Parahyba.—Francisco Ferreira Martins Ribeiro, natural de Pernambuco, bacharel em Direito pela Academia do mesmo Estado, vem respectivamente implorar a vossa attenção para as considerações que passa a expor. O supplicante, depois da conclusão dos seus estudos, mereceu com victo e um anno de idade ser despachado promotor publico da comarca de Ingá deste Estado da Parahyba, cujas funcções exerceu até que opportunamente foi nomeado juiz municipal e de orphãos da terra da Cruz Alta no Estado do Rio Grande do Sul, casando-se no Ingá, partiu para aquelle termo, e entrou a 5 de Abril de 1880, tendo vinte e dois annos, no exercicio do seu novo cargo, no qual completou seu quatriennio, occupando-se, interinamente, na vara de direito da comarca por quasi tres annos. No exercicio da promotoria no Ingá da Parahyba cumpriu exactamente seus deveres, como attestam os documentos n.º 1. E como juiz municipal e de direito interinamente, na Cruz Alta, provam o alto conceito, que adquiriu entre os seus jurisdicionados, os documentos n.º 2 e 3. Concluido o seu tempo de juiz na Cruz Alta, e tivera advogando ali durante um anno; mas, adoeceu a sua mulher, viu-se obrigado a voltar para este Estado em 1885, onde novamente foi nomeado promotor publico da comarca de Teixeira, e o modo como desempenhou os seus deveres neste lugar, o attestam os documentos n.º 4. Retirando-se da comarca do Teixeira, voltou para o Ingá, onde foi distinguido em Novembro de 1887 com a nomeação de promotor publico interno desta comarca, e de tal forma procedera, que foi elogiado pelos d'os magistrados com quem serviu, como mostram os doc. n.º 5. A vista do exposto, si os serviços do supplicante tem sido elogiados e louvados pela imprensa dos lugares, em que funcionei, pelos poderes legitimamente constituídos nos mesmos lugares, por todos os seus jurisdicionados, sem distincção de idéas politicas, conclue-se que o libello famoso feito celardamente nas trevas por seu algoz não lhe offende. Deixando o cargo de juiz de direito interno, a camara municipal da Cruz Alta representada pelos d'os partidos politicos, mandou inserir na acta por unanimidade de votos um voto de louvor pela sua administração, doc. n.º 2. Ao retirar-se da Cruz Alta, as pessoas mais boas do referido lugar fizeram-lhe uma manifestação de apreço, como se vê do doc. n.º 2, e que foi publicada no Jornal—O Commercial—de 18 de Novembro de 1886, doc. n.º 3. No seu quatriennio de 5 de Abril de 1880 a 4 de Abril de 1884, em grande parte do qual esteve com a vara de direito, não foi presente ao Egrejo Tribunal da Relação de Porto Alegre qualquer denuncia ou representação contra o supplicante, nem mesmo ex-officio foi mandado responsabilis-o, doc. n.º 6. Tendo sido com surpresa exonerado do cargo de promotor publico da comarca do Teixeira, recorreu á imprensa—que é o pharo, que tudo a clara, para se desagravar, afim de que da parte dos seus concidadãos não ficasse a mais leve suspeita sobre a sua reputação, o effectivamente se defendera no Jornal—Monitor—de 2 de Dezembro de 1886, e de 5 de Maio de 1887, como se vê do doc. n.º 7, sendo tambem defendido no e Jornal da Parahyba de 15 de Agosto do anno passado por um parahybano—doc. n.º 8. Julga que se de

dora cabalmente pela imprensa; mas animado pelas garantias de ordem e de liberdade, que offerece a nova forma de governo, por isso, vem expor as presentes considerações, para o que implora venia. Feito o historico de sua vida publica, passa a tratar daquelle que em lugar de procurar a imprensa, que é o forum dos povos modernos, ou os Tribunales, para discutir os seus actos, busca um recanto escuro para de emboscada assaltar a sua honra, e a de sua familia.

Não lhe cabe admiração ter sido calumniado pelo Dr. João Martins França, porque elle é capaz de todas as coragens, e vive somente de calumniar, e a prova do que affirmo, está no doc. n.º 9, no qual sendo processado por ter qualificado como votantes cincoenta e quatro menores como votantes bargador da Relação de Porto Alegre, Severino de Carvalho, que fora juiz no seu processo, era ladrão de cartas.

Nenhuma confiança pode merecer a accusação de um juiz, que fora em 1881 responsabilisado ex-officio pelo venerando Tribunal da Relação de Porto Alegre por ter qualificado cinquenta e quatro menores como votantes na Cruz Alta, sendo condemnado no grão medio do art. 169 do cod crim. por unanimidade de votos por Accordão da mesma Relação de 6 de Dezembro de 1881, cuja decisão fora confirmada por Accordão do Supremo Tribunal de Justiça de 22 de Março de 1882, como fuzo. Accusa elle a honra de sua familia. E até onde podem descer os homens sem caracter, atirando um punhal de lama sobre o recesso sagrado da familia, sobre o sanctuario purissimo do lar, que foi sempre digno de um respeito religioso; mas, este punhal de lama não alcançando o alvo, não fez senão manchar as faces do seu autor.

Felizmente a indignação do publico manifestou-se contra semelhante miseria.

Vindo para Parahyba com vinte e um annos, em 1878, casou-se nella com uma parahybana, em 1879; retirando-se apenas do Ingá para ir occupar os cargos já mencionados. Para provar mais a sua illibada conduta, e a de sua familia, junta os doc. n.º 10. Atiron-se elle contra a reputação do capitão José Gabriel da Silva Lima, ex-escrivão de orphãos da Cruz Alta, e o fez, envolvendo tambem a sua reputação, dizendo que o supplicante o protegia de uma maneira inconfessavel; mas, o seu procedimento foi ditado pelo odio excessivo, que sempre vater ao mesmo capitão, e qual, alem de ter sido um dos chefes do partido conservador na Cruz Alta, teve a coragem de interpor recurso no Tribunal da Relação de Porto Alegre da eleição dos vereadores e juizes de paz do municipio da Cruz Alta, em 1881, juntando documentos para provar que o Dr. João Martins França, como juiz de direito, qualificara 54 menores como votantes, dando assim lugar a que fosse nulla a mesma eleição, e que fosse elle responsabilisado, condemnado, e confinado a decisão pelo Superior Tribunal de Justiça, como tudo se mostra pelo doc. n.º 9. Para em seu libello accusal-o, elle toma conhecimento das decisões proferidas n.º 2 e 3. Concluido o seu tempo de juiz na Cruz Alta, e tivera advogando ali durante um anno; mas, adoeceu a sua mulher, viu-se obrigado a voltar para este Estado em 1885, onde novamente foi nomeado promotor publico da comarca de Teixeira, e o modo como desempenhou os seus deveres neste lugar, o attestam os documentos n.º 4. Retirando-se da comarca do Teixeira, voltou para o Ingá, onde foi distinguido em Novembro de 1887 com a nomeação de promotor publico interno desta comarca, e de tal forma procedera, que foi elogiado pelos d'os magistrados com quem serviu, como mostram os doc. n.º 5. A vista do exposto, si os serviços do supplicante tem sido elogiados e louvados pela imprensa dos lugares, em que funcionei, pelos poderes legitimamente constituídos nos mesmos lugares, por todos os seus jurisdicionados, sem distincção de idéas politicas, conclue-se que o libello famoso feito celardamente nas trevas por seu algoz não lhe offende. Deixando o cargo de juiz de direito interno, a camara municipal da Cruz Alta representada pelos d'os partidos politicos, mandou inserir na acta por unanimidade de votos um voto de louvor pela sua administração, doc. n.º 2. Ao retirar-se da Cruz Alta, as pessoas mais boas do referido lugar fizeram-lhe uma manifestação de apreço, como se vê do doc. n.º 2, e que foi publicada no Jornal—O Commercial—de 18 de Novembro de 1886, doc. n.º 3. No seu quatriennio de 5 de Abril de 1880 a 4 de Abril de 1884, em grande parte do qual esteve com a vara de direito, não foi presente ao Egrejo Tribunal da Relação de Porto Alegre qualquer denuncia ou representação contra o supplicante, nem mesmo ex-officio foi mandado responsabilis-o, doc. n.º 6. Tendo sido com surpresa exonerado do cargo de promotor publico da comarca do Teixeira, recorreu á imprensa—que é o pharo, que tudo a clara, para se desagravar, afim de que da parte dos seus concidadãos não ficasse a mais leve suspeita sobre a sua reputação, o effectivamente se defendera no Jornal—Monitor—de 2 de Dezembro de 1886, e de 5 de Maio de 1887, como se vê do doc. n.º 7, sendo tambem defendido no e Jornal da Parahyba de 15 de Agosto do anno passado por um parahybano—doc. n.º 8. Julga que se de

to. O aviso n.º 19 de 7 de Março de 1888 decide que nos termos do decreto n.º 6840 de 16 de Fevereiro de 1878, o impedimento de funcionarem no mesmo feito dous parentes, só se dá quando ellos se acham entre si na razão de pai e filho, decidindo tambem assim os avisos n.º 11 de 21 de Janeiro de 1888, e n.º 611 de 20 de Dezembro de 1888, que resolviam não haver incompatibilidade do cargo de escriptivo com advogado irmão. O decreto n.º 6840 não pôde por via de ampliação, que a materia não comporta, abrangendo os ramos dos casos attentos a outros graus de parentesco, tanto mais quando segundo as idéas hoje em dia correntes e acceitas a advocacia não é officio de justiça, antes uma industria privada, como o declarou o aviso n.º 418 de 1880, cujo exercicio não pôde ser limitado senão por lei expressa. Podia ter sido omissio em alguns pontos da accusação do seu aggressor; mas, sendo nimiramente pobre, carregado de familia, residindo no interior deste Estado da Parahyba, por isso, não pôde presentemente apresentar melhor defesa. Tem consciencia de não ter feito nunca mal ao seu adversario, retirando qualquer expressão mais pesada, que talvez tenha empregado no calor da discussão. Concluido a presente, espera que seja acceita pois, reconhece que a justiça nunca perdeu de sua essencia perante o digno Governador deste Estado da Parahyba do Norte, Villa do Ingá, 27 de Janeiro de 1890.

Francisco Ferreira Martins Ribeiro.

## Despedida

Retirando-me da Villa de Alagôa Nova, onde a convite do professor da musica da Boa-Esperança, tinha ido tocar na festa da padroeira, e encarregado de dirigir a musica durante a festa, por permissão d'aquelle professor, e como os rapazes de que se compoe aquella musica portaram-se com zelo, actividade e respeito á minha humilde personalidade, venho agradecer á aquelles companheiros tão grande consideração e offerecer os meus serviços nesta localidade.

Antes de terminar, cumpre-me lembrar um stertor de entusiasmo pelo jovem Arthur Augusto de Araújo Sobreira, que contando somente 13 annos de idade, teve a audacia de pôr em execução no dia da festa, por occasião da missa solenne, um solo com tanta pericia, que arrastou quasi ao delirio a população que o ouvio.

E para lamentar que uma intelligencia tão cedo desenvolvida, não seja aproveitada, ficando por isto, nos privados de mais tarde festejar-mos um grande maestro filho do Estado Parahybano! Tanto genio é difficil encontrar. Alagôa-Nova 2 Fevereiro de 1890.

Balthão Benjamin de Andrade.

## Cresção e agricultura

A grande maioria dos habitantes do distrito de Fagundes são agricultores, e soffrendo os maiores damnos da creação protestão em poucos dias trazer ao conhecimento da intendencia municipal uma representação com as suas reclamações.

Campina, 9 de Fevereiro de 1890.

Ignacio Francisco de Macedo.

## Mattinha, 7 de Fevereiro de 1890

Cidadão Governador.

Os abaixo assignados, habitantes desta povoação de Mattinha, termo de Alagôa-Nova, cumprem um dever, levando ao vosso conhecimento o estado de penuria á que está reduzida a população pobre desta localidade, que tem sido sempre esquecida das influencias politicas desta comarca.

Apesar de ser de data muito recente a sua fundação, esta povoação tem prosperado tanto, que sua feira já é uma das melhores do termo; e achando-se situada na extrema do municipio com o de Campina, donde dista 4 legoas, em terreno todo agricola e muito povoado, constituiu-se ella nesta epocha calamitosa um centro de indigentes, que para aqui concorrem de muitas partes.

Nestas tristes circumstancias os habitantes mais abastados não podendo valer a tantos indigentes, o unico meio que há é dar-lhe socorros publicos, applicando-os ao trabalho.

Entre os serviços mais urgentes, que aqui existem, podem sobresahir os da conclusão da capella, do cemiterio e o de um agude.

Os abaixo assignados tem inteira confiança que esta representação será atendida por ser fundada na maior justiça.

Benedicto Galdino de Oliveira.  
José Virginio de Andrade Moura.  
Manoel Maria de Arruda Campos.

## Villa da Conceição do Piancó

Os abaixo assignados, tendo em vista o pacifico triumpho das nobres e generosas idéas da democracia no charo territorio brasileiro, com o maior jubilo e satisfação veem do alto da imprensa, de coração sincero, manifestar as suas adhesões fides e patrioticas á Grande Republica dos Estados Unidos do Brazil, e á forma de governo adoptada pela mesma Republica.

Congratulando-se com a Nação inteira, representada pelo Povo, Exército e Armada, fazem sinceros votos para que os estadistas que dignamente dirigem os destinos de nossa Patria, façam com igualdade, razão e justiça, distribuir tambem a nosso termo os beneficios materias de que muito necessita e tem á elles justo direito.

Assim, portanto, offerecem todos os serviços que estiverem na altura e forças de cada um e do municipio ao actual Governo Provisorio, em cuja prosperidade todos confiam.

Viva o povo brasileiro, exorçito e armada!

Viva a Republica Brasileira!  
Vivam os Estados Unidos do Brazil!  
Viva o marechal Deodoro!  
Vivam os cidadãos illustres e patrioticos de que se compõe o ministerio.

Villa da Conceição do Piancó, 18 de Janeiro de 1890.

Salustiano Rodrigues de Souza Leite.

Trineu de Souza Moreno,  
João Imbaldo da Cunha,  
Alfere Andreino Rodrigues Leite,  
João França Leite de Alencar,  
Job Rodrigues Ramalho,  
Domingos Antonio Ramos,  
Raymundo Cavalcante de Lacerda,  
Antonio Miguel de Souza,  
José Rodrigues de Figueiredo,  
João Pedro de Figueiredo Netto,  
Antonio Rodrigues Ramalho,  
Nicolao Gustavo Alfiniano,  
João Florenço de Souza,  
João Pedro de Figueiredo,  
João Alves da Silva,  
Manoel Freire de Lavor,  
Pharmaceutico Quintino Sant'Anna Leite.

Antonio Rodrigues Leite,  
Antonio José Pereira de Goes,  
Manoel José Pereira,  
Guilhermino Moreira Ramos de Maria,  
Nicolao Rodrigues de Alencar Sobrinho,

## Agradecimento

João Antonio Francisco de Sá e seus filhos agradeceram a todos que se dignaram acompanhá-los á ultima morada, os restos mortaes de sua chára esposa e mãe, Maria Emiliania de Sá. E como tenham de mandar dizer uma missa por alma da mesma, no setimo dia do seu passamento, (22 do andante mez) convidão pela imprensa, na impossibilidade de fazerem de outra maneira, a todos que quizerem assistir mais esse acto de caridade, Campina Grande, 18 de Fevereiro de 1890.

## GAZETILHA

**Carnaval**—Este divertimento popular, tão apreciado nos paizes cultos, e que constitue a maior festa do Rio de Janeiro, foi este anno aqui, como tem sido em outros annos, pouco animado.

Entretanto, no ultimo dia houve relativamente alguma animação pela exhibição do —*Club Carnavalesco*— que percorreu as ruas da cidade ao som da —*marselhesa*— trajados todos os membros a caracter, com as cores nacionaes—verde e amarelo.

Um outro grupo com o nome de —*maracalá*— execeutou varias dansas, que antes eram da raça indigena, do que da africana. Appareceram tambem dous grupos de marujos, entoando canções maritimas, e uma chistosa critica á moda das anquinhas.

Diversos jovens rivais dos do *Club Carnavalesco*, não motivando um conflicto com estes, mais felizmente foi em tempo prevenido pela policia.

Seria mais conveniente que elles formassem tambem o seu club, e a sua rivalidade consistisse em sobresahir os seus desaletoes, no carnaval do anno vindouro.

Não obstante a grande falta d'agua que estamos soffrendo, foi desabrido o entrudo no ultimo dia do carnaval.

**Noticia muito curiosa**—Na Belgica cada membro da camara dos representantes recebe 120 francos, rs. 170\$600 por mez, moeda brasileira.

Na Dinamarca, os membros do landsting recebem 18,75 francos por dia, rs. 8\$062.

Em Portugal os deputados recebem por mez de sessão 100\$000 fortes ou 244\$ da nossa moeda.

Na Suecia, os membros da dieta recebem 1,672 francos, reis 718\$570 por uma sessão de 4 mezes, mas têm de pagar uma multa de 13,75 francos, rs. 5\$911 por dia, no caso de ausencia.

Na Suissa, os membros do conselho nacional recebem 12,4 francos por dia, rs. 3\$225 a 5\$375.

Nos Estados Unidos, os representantes do Estado e os delegados, recebem 5,200 francos 2:263\$ por anno, e mais um subsidio de 1 franco por 2,400 para despesas de viagem.

Na Noruega, os membros O' Sorthing recebem um subsidio de 16,65 francos, rs. 7\$159 por dia, durante a sessão parlamentar, que dura annualmente 6 semanas.

Na Italia, os senadores e deputados não têm subsidio algum e só têm direito a passas de circulação em todos os caminhos de ferro do Estado e privilegios.

Na Hespanha os membros das côrtes não recebem tambem subsidio mas têm certas immuniidades.

Na Grecia os senadores recebem 500 francos, 215\$ por mez, e os membros da camara dos representantes 250 francos, 107\$500.

No Brazil, um senador do Imperio ganhava 75\$000 por dia, durante o periodo legislativo, e um deputado geral 50\$000, ou 6\$000\$, por todo o tempo em que funcionavam as Camaras.

**Bandeira republicana**—Lembramos á intendencia a aquisição de uma bandeira republicana para ser desfraldada no paço municipal desta cidade nos dias de festa nacional, decretados pelo governo provisorio.

**Correio**—A agencia do correio desta cidade, desde mais de dois annos, achava-se em vasto salão de um predio pertencente á Camara Municipal, em frente ao respectivo paço, mediante o aluguel mensal de 2\$000 rs.

E' uma casa muito apropriada para o fim, tendo já o salão um melhoramento



de valor, que é uma grade, que o divide em dois compartimentos.

Mas não ha bem que sempre dure. Com a nomeação do cidadão Joaquim Henrique de Araújo, negociante desta cidade, a agencia do correio foi transportada para sua casa de negocio, de sorte que todos os papeis que por ella transitão, são despachados em seu balaço.

O agente talvez assim pratique para economisar 2\$000 rs. por mez e para não incommodar-se sahindo de casa em prejuizo de seu negocio; pelo menos assim me parece, por não ter querido attender a uma reclamação, que particularmente lhe fizemos.

Mas o publico é que não está por isto; e nem a agencia do correio de uma cidade como esta, pode decentemente estar no balaço de uma casa de negocio.

Dirigimos esta reclamação ao digno administrador dos correios deste estado; certos, como estamos, do seu zelo, contamos com as necessarias providencias.

**Ministerio** — Consta que nova crise ministerial appareceu, resultando della a sahida do ministro do interior, Dr. Aristides da Silveira Lobo; o qual foi substituido pelo Dr. Cesario Alvim, que exerce o cargo de governador do estado de Minas Geraes.

**Soledade** — Desta villa recebemos um comunicado do cidadão Imperiano José da Costa, delegado de policia, a respeito de actos abusivos, praticados pelo capitão Silvino Nobrega, presidente da respectiva intendencia municipal, que deixamos de publicar por falta de espaço.

**Loteria** — No mez de setembro do anno p. passado formou-se nesta cidade uma sociedade para compra de 24 bilhetes da 6.ª loteria deste estado, em beneficio da Santa Casa da Misericordia e matrizes da Capital, Campina e Sousa, a rasão de 5\$000 cada bilhete entre as seguintes pessoas:

Conego Francisco A. Pequeno	5\$
Capitão Bento Torres	"
Apollinario P. da Costa	"
Dionizio P. da Costa	"
Capitão Antonio J. da Costa	"
Capitão José S. Calafange	"
Alfredo A. Silva	"
Capitão Joaquim P. C. S. Maior	"
Tenente Joaquim A. S. Lessa	"
Francisco Affonso A.	"
Capitão Joaquim J. Soares de C.	"
Tenente Coronel Honorato Agra	"
Dr. J. X. Moraes Andrade	"
José d'Assumpção S. Thiago	"
Capitão Manoel Correia de Castro	"
Pharmaceutico Hildefonso de Azevedo	"
Dr. Chateaubriand B. de Mello	"
Galdino Coelho de Moura	"
Irenéo Joffily	30\$000
Somma	120\$000

Correndo a referida loteria em 16 de novembro do mesmo anno, foram premiados os seguintes bilhetes:

727	100\$000
1745	5\$000
1460	"
806	"
1026	"
404	"

Somma.....125\$000

Esta quantia foi de novo applicada á compra de outros bilhetes da loteria deste estado, que ainda não correm.

O plano é novo, sendo o preço de cada bilhete 10\$000, divididos em decimos; o maior premio—20:000\$000.

Os seus numeros são: Bilhetes inteiros—2586, 129, 2241, 576, 4507, 2428, 2095, 1820, 2293, 497, 1933, 4886. Decimos—4509, dois; 4503, um; 2894, um; 500, um.

Os socios agora que fazem votos pela sorte grande, como nós fazemos os mais ardentes.

**Congresso municipal** — Assim se pode chamar a reunião dos agricultores e creadores do municipio, convocados pela intendencia, que teve lugar no dia 9 do corrente, no paço municipal.

O fim da reunião foi, segundo nos consta, para resolver-se a sempre debattida e quasi secular questão, resultante do choque das duas principais industrias do municipio, — agricultura e creação.

A discussão foi ardente e por vezes tornou-se tumultuaria a sessão; nsitando-se que os dois oradores que se fizeram ouvir, foram do partido da creação; o academico José Agra e o professor Clementino Procópio, respondendo á elles os partidistas da agricultura somente com apertes calorosos.

Consta-nos mais que apesar de ser composto o congresso em sua maioria de agricultores, assentou entretanto a intendencia em restringir o terreno da agricultura, ampliando o da creação; e que este acto levantou e levantará fortes reclamações.

Apesar da delicadesa do assumpto, acreditamos que a intendencia poderia conciliar interesses tão oppostos de uma e outra industria com decidida vantagem para ambas.

E para isto seria conveniente que os dois partidos se fizessem representar por clubs ou comissões, e não em uma assembléa tão numerosa; porque somente assim mais facilmente se chegaria ao fim desejado.

O que convem é não deixar o negocio sem resolução, que seja equitativa; certo de que, quem isto alcançar, imenso serviço prestará ao municipio.

**D. Theresa Christina** — Chamamos a attenção dos nossos leitores para os *traços biographicos* da ex-imperatriz do Brazil, publicados em outra secção desta folha.

O escripto é de um estrangeiro, que residia no Rio de Janeiro, testemunha ocular de interessantes scenas da vida intima da corte brasileira.

**Promotor Publico** — Chegou na semana ultimamente finda, o Dr. Santos Estanislau Pessoa da Costa, nomeado promotor desta comarca, assumindo logo o exercicio de suas funções.

Conhecedores das excellentes qualidades do Dr. Santos, como cidadão, e do cultivo do seu espirito na sciencia juridica, acreditamos, que o digno promotor está na altura da importancia desta comarca.

Tendo exercido igual cargo no Pilar, até bem poucos mezes, o seu procedimento lá é um brilhante attestado do modo porque virá a se portar aqui.

**Kerosene** — Na povoação de Queimadas, uma fillinha do nosso amigo, José Manoel Barbosa ia sendo victima da explosão de um candieiro de kerosene, que communicou fogo ao seu vestido. Devido a prompto socorro a creança ficou somente com algumas queimaduras.

**Seca e cangaceiros** — Da villa da Conceição nos escrevem em data de 22 de Janeiro.

« A seca continúa horrivel e o povo se retirando para o Ceará. Parece que os sertões deste estado ficarão deshabitados.

Os grupos de cangaceiros estão se reunindo para atacar aos cidadãos pacíficos, que possuem alguns recursos de vida.

Entretanto a mesquinha força que aqui existia foi retirada pelo governo.

E como repellir aos cangaceiros? Além de fome, falta de segurança de vida e da propriedade.

Pega com urgencia providencias ao governo ».

**Registro da cidade** — Vindo de Goyanhinha do visinho estado do Rio-Grande do Norte, esteve aqui o seu digno juiz de direito Dr. José Climaco do Espirito Santo, cunhado do Dr. Austertiano Correia de Castro, integro juiz de direito desta comarca.

—O capitão Manoel Mauricio Lopes Lima achá-se nesta cidade, em visita á sua familia. O digno cidadão, que era tenente do exercito, achava-se na cidade do Recife com o seu batalhão, quando foi reformado no posto de capitão, em virtude do recente decreto de reforma compulsoria.

Consta-nos que elle deseja fixar sua residencia, nesta cidade.

—Vindo do Recife achá-se tambem aqui, tratando de negocios commerciaes o cidadão André Porfirio Delgado, empregado da importante firma commercial daquella praça, Andrade, Lopes & C<sup>a</sup>.



#### NECROLOGIA.

No dia 15 do corrente, após enfermidade proveniente de um parto, falleceu nesta cidade na idade, de 30 annos a Exm.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> D. Maria Emiliana de Sá, virtuosa esposa do nosso amigo, capitão João Antonio Francisco de Sá.

A joven senhora era geralmente estimada e respeitada aqui pelas peregrinas qualidades de que era dotada, como esposa submissa e mãe extremosa. Era enfim uma alma afeiçada á pratica de todas as virtudes christãs.

Deixou quatro filhinhos, todos em tenra idade.

Ao nosso nosso amigo capitão Sá, e ao cidadão José Camello Pessoa, e a sua Exm.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup>, pais da fallecida, damos os nossos pesames.

#### ANNUNCIOS

### NOVIDADE de TIMBAUBA.

Grande sortimento de Fazendas na Casa Inglesa

N'este sobrado e grande Armazem Junto á Igreja

Fazendas baratissimas: Roupas feitas Chapéus e Calçados

Comprados a dinheiro, e grande Parte importados

Da Europa, onde por 15 annos Tenho viajado

E conheço as 1<sup>as</sup> fabricas e o commercio Dos grandes mercados

Vende-se a retalho. E em grosso Pelo preço da Praça

E seriedade e agrado e infallivel Nesta casa

de R. LAURITZEN.

N. B. Aos freguezes de fora ajuda-se nas vendas e compras de qualquer genero, e garante obter em todos os sertões os preços do Recife.

(26)

(10)

**ESTRELLA DO NORTE**  
LOJA DE FAZENDAS  
Em grosso e a retalho  
**11 RUA DO CONDE DEU 11**  
Tem sempre á venda  
Fazendas finas, chapéus, calçados, etc.  
PROPRIETARIO  
**Hildefonso Pessoa de Luna**  
CAMPINA GRANDE

**HOTEL POPULAR**  
EM MULUNGU  
no  
**6 PATEO DA ESTAÇÃO 6.**

É onde acaba-se de abrir um novo estabelecimento, no qual pôde qualquer passageiro ver o que ha de melhor neste ramo de negocio, n'esta povoação.

Garante o proprietario:  
Asseio, Sinceridade e Modicidade.  
Mulungu 6 de Setembro de 1889.  
Jovino Lucas França.

**Democratico**  
BAZAR DOS FUMANTES.

Não esqueçam que, nesta cidade de Campina Grande, rua — Uruguayana — casa n.º 6, estabelecimento acima denominado e pertencente a **Antonio da Silva Barboza**, sempre e a contento dos srs. fumantes, desta e de outras localidades, vende-se os especiaes productos da assás acreditada — **FABRICA CAXIAS** —, sendo:

Cigarros, charutos e fumos,  
Bolsas, cachimbos e ponteciras!  
Papel de seda e tambem de cores:  
Phosphoros e lindas phosphoreiras!

**NÃO ESQUEÇAM.**  
Rua Uruguayana n.º 6.

#### BOLETIM COMMERCIAL

Feira de Itabayanna em 18 de Fevereiro de 1890.

Bois recolhidos aos curraes... 760  
Vendidos... 400  
Regulando o kilo da carne 300 rs.

Destino  
Pernambuco... 280  
Seguiram para-a Parahyba... —  
(diversos) ... 120  
Sobras... 360  
760

Feira de Campina, hoje, 21 de Fevereiro de 1890.

Houve 100 bois.  
Pela estrada do Siridó... 100  
« « das Espinharas. —

Mercado de Campina em 15 de Fevereiro de 1890.

Milho... 1\$400  
Feijão... 2\$500  
Farinha... 1\$400  
Carne seca... kil... \$900  
Dita verde, kil... \$400  
Rapadura, cento... 10\$000  
Couro de bode, o cento... 98\$000  
Sola, o meio... 2\$200